

DIREITO DIGITAL

# BOLETIM DIGITAL



13ª EDIÇÃO

*Notícias desta edição* ➤

**ALMEIDA**  
ADVOGADOS

Este é o informativo preparado pela nossa área de Direito Digital com o objetivo de concentrar as principais notícias e mais relevantes discussões sobre os temas do mundo digital. Boa leitura!



### **STF DECIDE QUE REDES SOCIAIS PODEM SER RESPONSABILIZADAS POR POSTS DE USUÁRIOS**

Em decisão histórica, o Supremo Tribunal Federal (STF) definiu que redes sociais devem responder por posts ilegais ou ofensivos publicados por usuários caso não removam o conteúdo após serem notificadas. A medida fortalece o dever de moderação das plataformas e impacta diretamente a gestão de riscos jurídicos no ambiente digital.

### **DECISÕES JUDICIAIS QUE CITAM LGPD DOBRAM NO BRASIL EM UM ANO**

Levantamento mostra que as menções à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) em decisões judiciais no país dobraram entre 2023 e 2024, refletindo maior conscientização e uso da norma pelos tribunais. A maioria dos casos envolve relações de consumo e pedidos de indenização por uso indevido de dados pessoais, evidenciando o avanço do tema no Judiciário brasileiro.

### **ESPANHA MULTA SITES PORNOGRÁFICOS POR FALHAS NO CONTROLE DE IDADE**

A Agência Espanhola de Proteção de Dados (AEPD) multou sete sites pornográficos em um total de 308.529 euros por não adotarem mecanismos eficazes de verificação de idade dos usuários. As plataformas permitiam o acesso irrestrito a conteúdo adulto, descumprindo regras de proteção a menores e a legislação europeia de privacidade online.

## **NOVO MALWARE ROUBA CRIPTOMOEDAS POR MEIO DE FOTOS**

Um relatório divulgado pelo BankInfoSecurity alerta para um novo tipo de malware que rouba credenciais e chaves privadas de carteiras de criptomoedas a partir de imagens armazenadas em dispositivos ou serviços em nuvem. O malware vasculha fotos em busca de QR codes ou capturas de tela que contenham informações sensíveis, ampliando os riscos para usuários que salvam dados de wallets em forma de imagens.

## **ANATEL DESATIVA MAIS UMA ANTENA FALSA USADA PARA GOLPES VIA SMS**

ERB clandestina estava no 13º andar de um condomínio residencial em São Paulo. Esta é a quinta vez que um equipamento de estação rádio base (ERB) clandestina, usada para envio de SMS fraudulentos para aplicar golpes, é localizado em São Paulo (SP). O equipamento estava em uma área residencial próxima ao Aeroporto de Congonhas, na Zona Sul da capital paulista.

## **ANPD PRORROGA PRAZO PARA TOMADA DE SUBSÍDIOS SOBRE DADOS BIOMÉTRICOS**

Interessados têm até 1º de agosto para enviar contribuições, exclusivamente pela Plataforma Participa+ Brasil. Complexidade do tema gerou grande número de pedidos para que a ANPD postergasse a data final.

## **ANPD DIVULGA DADOS AGREGADOS SOBRE COMUNICAÇÕES DE INCIDENTES DE SEGURANÇA**

Nova funcionalidade oferece informações em tempo real e categorizadas. Interface amigável e intuitiva agiliza e facilita a pesquisa e o acompanhamento das ações de fiscalização, inclusive de processos de investigação conforme a origem da motivação.

## RADAR LEGISLATIVO

### PL 3382/2025

Dispõe sobre a obrigatoriedade de notificação imediata, por meio eletrônico, aos titulares de contas bancárias, acerca de movimentações financeiras suspeitas ou confirmadas, e dá outras providências.

### SUBSTITUTIVO ADOTADO AO PL 3287/2024

Institui o Protocolo de Atendimento e Intervenção Imediata para Prevenção e Proteção de Crianças e Adolescentes em Casos de Suspeita de Violência em Ambientes Virtuais.

### PL 3336/2025

Altera a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – para dispor sobre os direitos de crianças e adolescentes no ambiente digital.

### PL 3042/2025

Dispõe sobre o aperfeiçoamento dos mecanismos de controle, monitoramento e prevenção do uso indevido do Programa Bolsa Família por facilitadores de lavagem de dinheiro e organizações criminosas.

### PL 3066/2025

Institui medidas de enfrentamento e repressão aos crimes de pornografia de crianças e adolescentes relacionados ao uso de inteligência artificial e de técnicas de mascaramento de endereço de IP empregadas para viabilizar a prática de crimes relacionados à pornografia infantil na internet.

### PL 3294/2025

Altera a Lei 14.790, de 29 de dezembro de 2023 – Lei das Bets, para proibir a realização de microapostas — aquelas de valores minúsculos permitidos atualmente — na regulamentação de jogos e apostas esportivas, incluindo aditivos à Lei 14.790/2023 (“Lei das Bets”).

### PL 785/2025

Altera a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e a Lei 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), para estabelecer a necessidade de autorização judicial para a atuação de crianças e adolescentes como influenciadores digitais mirins, bem como para dispor sobre a proteção de crianças e adolescentes na produção e divulgação de conteúdo em aplicações de internet.

#### PL 3212/2025

Institui a Política Nacional de Conectividade Universal e torna a internet um direito essencial à cidadania em áreas remotas e de alta vulnerabilidade.

#### PL 36/2025

Altera a Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), para proibir a oferta mediante pagamento de disponibilidade de dados biométricos sensíveis e estabelecer medidas mais rigorosas de proteção a esses dados.

#### PL 3009/2025

Altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para estabelecer como componente curricular o ensino da Inteligência Artificial, e busca garantir que estudantes aprendam sobre IA desde cedo, capacitando-os para um mundo cada vez mais digital.

#### PL 3003/2025

Dispõe sobre a vedação da substituição de docentes por sistemas de inteligência artificial na educação básica e no ensino superior, garantindo que funções pedagógicas e o vínculo humano permaneçam centrais ao processo educacional, mas permitindo o uso de IA como ferramenta complementar — sob a supervisão do docente — para atividades de apoio como planejamento educativo, adaptação a necessidades especiais, organização administrativa e recursos adicionais.

#### PL 2983/2025

Dispõe sobre a obrigatoriedade de identificação de conteúdos audiovisuais gerados por inteligência artificial e estabelece medidas para proteção dos consumidores digitais.

#### **AA nas redes sociais**

Siga nosso perfil para **receber atualizações exclusivas** e conteúdo jurídico especializado em Direito Digital!



**Márcio Chaves**  
Sócio

[mmchaves@almeidalaw.com.br](mailto:mmchaves@almeidalaw.com.br)  
+55 (11) 2714 6900



**Lucca Fontana**  
Advogado

[lgfontana@almeidalaw.com.br](mailto:lgfontana@almeidalaw.com.br)  
+55 (11) 2714 6900